PARECER	: PAR-AUDITORIA-6079/2014
PROCESSO TC/MS	: TC/2966/2014
PROTOCOLO	: 1487743
ÓRGÃO	: CÂMARA MUNICIPAL DE NIOAQUE
RESPONSÁVEL	: VALDECI FERREIRA DOS REIS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: VEREADOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2013
RELATOR	: RONALDO CHADID

I – PREÂMBULO

1 – O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – **e.TCE** sob o nº TC/2966/2014, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE NIOAQUE – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2013**, de responsabilidade do Vereador Presidente, **VALDECI FERREIRA DOS REIS**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02.01.2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº 35, de 14.12.2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações.

2 – O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012.

3 – Examinados os autos do processo se constata que a digna Inspetoria de Controle Externo **NÃO APUROU NENHUMA IMPROPRIEDADE** e/ou **IRREGULARIDADE**, exarando assim a **ANÁLISE ANA-5ICE-4021/2014** amparada à peça nº 16 e, concluiu na forma transcrita, a seguir:

> *"[...] entendemos que a presente Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Nioaque referente ao exercício financeiro de 2013, foi elaborada em consonância com as normas dispostas na Lei Complementar nº 101/2000, Lei Federal nº 4.320/64 e demais normas regimentais desta Corte de Contas."*

É o relatório.

II – EXAME DE AUDITORIA

4 – Examinando estas Contas Anuais de Gestão, na forma da vigente ordem constitucional e legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública ficou constatado o seguinte:

4.1 – DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 14.12.2011

4.1.1 – **Cumprimento** do disposto na **Letra "A"** do **Subitem 3.1** do **Item 3** da **Seção II** do **Anexo I**, por ter remetido,

TEMPESTIVAMENTE, a este Tribunal de Contas estas Contas Anuais de Gestão, conforme constatado no Recibo de Protocolo Definitivo acostado à peça nº 1.

4.1.2 – **Cumprimento** da **letra "B"** do **Subitem 3.1** do **Item 3** da **Seção II**, do **Anexo I,** por apresentar estas Contas Anuais de Gestão, instruídas na forma do Manual de Remessa de Informações, conforme constatado no contexto geral das peças acostadas aos autos do processo.

4.2 – DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04.05.2000 – LRF

4.2.1 – **Cumprimento** do disposto no **§ 1°** do **art. 1º**, por apresentar responsabilidade na gestão fiscal, mediante o cumprimento de metas de resultados dentre o duodécimo recebido de **R$ 1.399.626,00** e a despesa empenhada de **R$ 1.399.626,00**, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 1
EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS, MEDIANTE CUMPRIMENTO DE METAS DE RESULTADOS ENTRE DUODÉCIMO RECEBIDO E DESPESA EMPENHADA.

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Duodécimo Recebido.	1.399.626,00	100,00
2 – Despesa Empenhada. → R$ = 100% → % = (2 / 1)	1.399.626,00	100,00
3 – Superavit/Deficit. → R$ = (1 – 2) → % = (3 / 1)	**0,00**	**100,00**
Resultado do Exame. → Regular 2 ≤ 1 → Irregular 2 > 1.	Regular	

Fonte: Balanço Financeiro acostado à peça nº 4.

4.2.2 – **Cumprimento** do estabelecido na **alínea "a"** do **inciso III** do **art. 20**, por ter efetuado no exercício despesa com pessoal do Poder Legislativo correspondente ao percentual de **2,84%**, atendendo o limite de **6%** da receita corrente líquida do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 2
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO X DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Receita Corrente Líquida do Município.	31.451.910,25	100,00
2 – % Legal Máximo Autorizado.	1.887.114,62	6,00
3 – Despesa com Pessoal do Poder Legislativo. → R$ = 100% → % = (3/1)	**894.648,90**	**2,84**
Resultado do Exame. → Regular 3<2 → Irregular 3> 2.	Regular	

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado PM – Processo TC/2861/2014; e Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 9.

4.2.3 – **Cumprimento** do ***caput*** do **art. 48**, por dar **transparência** e **publicidade** da Prestação de Contas Anuais de Gestão, mediante as publicações dos Balanços exigidos, conforme visto à acostada peça nº 3.

4.3 – DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17.03.1964, PORTARIA Nº 42, DE 04.04.1999 DO MPOG E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 04.05.2001 DO MF E MPOG

4.3.1 – DO ORÇAMENTO

4.3.1.1 – A Lei Municipal nº 2.347/2012 – LOA autorizou para a Câmara Municipal **créditos orçamentários** na ordem de R$ 1.411.800,00, conforme visto na **ANÁLISE ANA-5ICE-4021/2014** amparada à peça nº 16.

4.3.2 – DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

4.3.2.1 – **Cumprimento** do **art. 42** e dos **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43**, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por proceder à abertura dos **créditos adicionais**, de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pelo Prefeito Municipal acostado à peça nº 15, permanecendo o valor inicialmente orçado no montante de R$ 1.411.800,00, conforme visto no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 9.

4.3.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.3.3.1 – **Cumprimento** do disposto no **art. 12** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, bem como da Portaria nº 42, de 04.04.1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a fixação e realização da despesa orçamentária por **categorias econômicas** e por **classificação**

funcional, conforme constatado no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 9, o qual demonstra despesa autorizada de **R$ 1.411.800,00** e empenhada na ordem de **R$ 1.399.626,00**.

4.3.4 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.3.4.1 – Cumprimento dos **arts. 103** a **105** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por elaborar o Anexo 13 – Balanço Financeiro acostado à peça nº 4; o Anexo 14 – Balanço Patrimonial acostado à peça nº 5 e o Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 7, de acordo com as citadas disposições legais, pois conforme a extensão do exame, **NADA FOI ENCONTRADO DE IRREGULAR**, na consistência dos seus respectivos registros contábeis, cujos resultados apurados são os constantes nas tabelas, a seguir:

TABELA 3
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Disponibilidade Financeira do Exercício Anterior.	0,00	100,00
2 – Duodécimo Recebido.	1.399.626,00	100,00
3 – Total de Recursos Financeiros. → R$ = (1 + 2+) → % = 100%	**1.399.626,00**	**100,00**
4 – Despesa Empenhada. → R$ = 100% → % = (4 / 3)	**1.399.626,00**	**100,00**
5 – Superavit (Deficit) Orçamentário / Financeiro. → R$ = (3 – 4) → % = (5 / 3)	**0,00**	**0,00**

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro e Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior acostados às peças nº 4 e 6.

TABELA 4 RESULTADO PATRIMONIAL		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 – Variações Ativas.	1.415.241,34	100,00
2 – Variações Passivas. → R$ = 100% → % = (2 / 1)	1.399.626,00	98,90
3 – Superavit Patrimonial. → R$ = (1 – 2) → % = (3/1)	**15.615,34**	**1,10**

Fonte: Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 7.

TABELA 5 RESULTADO ATIVO REAL LÍQUIDO / PASSIVO REAL A DESCOBERTO		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 – Ativo Real Líquido do Exercício Anterior.	307.118,95	100,00
2 – Superavit Patrimonial do Exercício.	15.615,34	100,00
3 – Ativo Real Líquido do Exercício. → R$ = (± 1 ± 2) → % = 100%	**322.734,29**	**100,00**
Resultado do Exame. → Regular = (1 ± 2 = BP) → Irregular = (1 ± 2 ≠ BP)	Regular	

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostados às peças nº 6 e 7.

4.4 DA AVALIAÇÃO DOS MANDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

4.4.1 – Cumprimento do **inciso I** do **art. 29-A**, por realizar o percentual de **6,92%** em relação ao limite autorizado de **7%**, com a despesa total da Câmara Municipal, incluídos subsídios dos Vereadores e excluídos gastos com inativos em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no **§ 5º** do **art.**

153 e nos **arts. 158** e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 6
RECEITA BASE CONSTITUCIONAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR X DESPESA TOTAL DA CÂMARA MUNICIPAL, MENOS INATIVOS

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Receita Base Constitucional.	20.216.341,52	100,00
2 – % Constitucional Máximo Autorizado.	1.415.143,91	7,00
3 – Despesa Total da Câmara Municipal, Menos Inativos. → R$ = 100% → % = (3 / 1)	**1.399.626,00**	**6,92**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Anexo 10 – Demonstrativo da Receita Orçada com a Realizada do Exercício Anterior – Processo TC/4203/2013; e Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 9.

4.4.2 – **Cumprimento** do **§ 1º** do **art. 29-A**, por realizar em relação ao Duodécimo Recebido o percentual de gasto de **53,59%** com a folha de pagamento, incluído os subsídios de seus Vereadores respeitando o limite máximo autorizado de **70%**, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 7
DUODÉCIMO RECEBIDO X DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO, INCLUSIVE SUBSÍDIOS DOS VEREADORES.

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Duodécimo Recebido.	1.399.626,00	100,00
2 – % Constitucional Máximo Autorizado.	979.738,20	70,00
3 – Despesa com a Folha de Pagamento, Inclusive Subsídios dos Vereadores. R$ = 100% → % = (3 / 1)	**750.008,81**	**53,59**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada e Anexo 13 – Balanço Financeiro acostados às peças nº 4 e 9.

4.4.3 – **Cumprimento** da **alínea "b"** do **inciso VI** do **art. 29**, por ter fixado **subsídio** da **edilidade** para legislatura, de acordo com o limite de 20% (vinte por cento) em relação ao subsídio do Deputado Estadual, conforme visto à peça nº 2.

4.4.4 – **Cumprimento** do **inciso VII** do **art. 29**, por realizar o percentual de 1,10% com as despesas de remuneração dos Vereadores, atendendo o limite permitido de 5% de gastos em relação à Receita Base Constitucional do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 8
RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO X DESPESA COM A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 – Receita Total do Município.	31.451.910,25	100,00
2 – % Constitucional Máximo Autorizado.	1.572.595,51	5,00
3 – Despesa com a Remuneração dos Vereadores. → R$ = 100% → % = (3 / 1)	**347.040,00**	**1,10**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado PM – Processo TC/2861/2014e Folha de Pagamento acostada à peça nº 12

4.4.5 – **Cumprimento** do disposto no **§ 3º** do **art. 164**, por ter depositado as disponibilidades de caixa da Câmara Municipal em

instituições financeiras oficiais, conforme visto nos Extratos Bancários acostados à peça nº 14.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

5 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta dos autos do processo constata-se que a Prestação de Contas Anuais de Gestão em tela, foi elaborada de **acordo** com a vigente ordem constitucional e legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública, conforme visto na **PARTE II EXAME DE AUDITORIA**, razão pela qual esta Auditoria, com base no disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012, conclusivamente, **opina**:

5.1 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso I** do **art. 59** ambos da LCE nº 160/2012, julgue e considere **REGULARES** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE NIOAQUE – MS**,

inerente ao exercício financeiro de **2013**, de responsabilidade do Vereador Presidente, **VALDECI FERREIRA DOS REIS**.

6 – **AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE**, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

7 – O Parecer ora exarado foi fundamentado no exame da **Prestação de Contas Anuais de Gestão** composta de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim, portanto, **ressalvadas** quaisquer **impropriedades** e **irregularidades** porventura encontradas por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

É o parecer.

Campo Grande, 06 de Junho de 2014.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO
AUDITOR TCE/MS

fmm